



FORMULÁRIO PARA FORNECIMENTO DE DADOS PARA INSTRUÇÃO DO OFÍCIO PRECATÓRIO

Ofício Precatório - Beneficiário Principal
Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça

ATENÇÃO, ADVOGADO(A): Caso você tenha sido intimado(a) pelo juízo da execução para apresentar os dados necessários para a instrução do Ofício Precatório, preencha este formulário e acoste-o nos autos do processo judicial e no processo SEI informado na intimação, para que o juízo dê o regular processamento do Ofício Precatório.

Juiz(íza) da Execução: _____

Vara/Cartório: _____

Exmo(a). Senhor(a) Juiz(íza),

Em resposta a intimação proferida nos autos do processo judicial, apresento os dados necessários para a instrução do Ofício Precatório, nos moldes da Resolução CNJ nº 303/2019, da Portaria nº 5.047/PR/2021 e Aviso ASPREC nº 07/2021.

REQUISIÇÃO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO

1. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1.1. Numeração única do processo judicial: _____

1.2. Número originário anterior, se houver: _____

1.3. Houve processo de conhecimento? SIM NÃO

CASO HAJA PROCESSO DE CONHECIMENTO:

1.4. Data do ajuizamento do processo de conhecimento: ____/____/____

1.5. Data da citação do processo de conhecimento: ____/____/____

1.6. Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão na fase de conhecimento: ____/____/____

1.7. Houve impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença OU foram interpostos embargos à execução? SIM
 NÃO

PARA RESPOSTA SIM:

1.8. Data da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo OU data do trânsito em julgado dos embargos à execução: ____/____/____

PARA RESPOSTA NÃO:

1.9. Data do decurso do prazo para apresentação da impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença OU data do decurso do prazo para apresentação dos embargos à execução: ____/____/____

2. INFORMAÇÕES SOBRE A REQUISIÇÃO

2.1. Natureza do crédito: Comum OU Alimentar/Preferencial (Art. 100, §1º, CR/88)

Caso SEJA ALIMENTAR/PREFERENCIAL, informe:

Atenção: O pagamento da superpreferência deverá ser feito, por ora, somente no âmbito do Tribunal, uma vez que o seu pagamento no juízo da execução está suspenso, conforme decisão proferida na ADI 6556/DF e Resolução 365/2021 do CNJ.

2.2. Houve pagamento da parcela superpreferencial? SIM NÃO

HAVENDO PAGAMENTO DA PARCELA SUPERPREFERENCIAL, informe:

2.3. Data do pagamento: ____/____/____

2.4. Valor bruto pago: R\$ _____

2.5. Valor da contribuição previdenciária: R\$ _____

2.6. Valor da assistência médica: R\$ _____

2.7. Valor do fundo de aposentadoria: R\$ _____

2.8. Houve retenção de imposto de renda? SIM NÃO

HAVENDO RETENÇÃO DE IMPOSTOS DE RENDA, informe:

2.9. Valor do imposto de renda retido: R\$ _____

2.10. Número de meses (NM) proporcionais, no caso de RRA: _____

ASSUNTO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO, DE ACORDO COM A TABELA ÚNICA DE ASSUNTOS (TUA), disponível em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php :

2.11. Código Nº _____ 2.12. Assunto: _____

2.13. Ação de natureza salarial: SIM NÃO

SENDO AÇÃO DE NATUREZA SALARIAL, informe:

2.14. Órgão a que estiver vinculado o empregado ou servidor público, civil ou militar, da administração direta (caso conste dos autos) _____

2.15. Condição: Ativo Inativo Pensionista

2.16. Requisição: Parcial Complementar Suplementar Não se aplica

2.17. Sendo requisição **PARCIAL**, informe a data do reconhecimento da parcela incontroversa: ____/____/____

2.18. Data do decurso do prazo para impugnação à expedição da requisição OU data da concordância com a expedição :
____/____/____

2.19. O crédito foi objeto de destaque de honorários contratuais? SIM NÃO

SENDO OBJETO DE DESTAQUE DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS, informe:

2.20. Valor destacado: R\$ _____ Percentual do destaque (se houver): _____%

2.21. Nome do Beneficiário: _____

2.22. Nome social, se for o caso (Res. Nº 270/2018, do CNJ, art. 3º): _____

2.23. CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

2.24. OAB Nº: _____

2.25. PIS/PASEP ou NIT Nº: _____

2.26. O crédito foi objeto de cessão? SIM NÃO

2.27. Se **SIM**, a cessão foi: Total Parcial

2.28. Nome do cessionário: _____

2.29. CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

2.30. Data da escritura pública de cessão OU da liquidação que fundamentou a cessão: ____/____/____

2.31. Sendo **Cessão PARCIAL**, informe o percentual cedido: _____%.

Sendo **Cessão TOTAL**: Caso o juízo da execução tenha deferido o registro da cessão total do crédito antes da elaboração do ofício precatório, este será titularizado pelo cessionário, que assume o lugar do cedente, nos termos do Art. 44 da Res. 303/2019 do CNJ. Desse modo, o **item Nº4** ("INFORMAÇÕES SOBRE O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL") deve ser preenchido com os dados do cessionário, no que couber.

2.32. O crédito foi objeto de penhora? SIM NÃO

Caso o crédito tenha sido OBJETO DE PENHORA, informe:

2.33. Valor penhorado: R\$ _____

2.34. Data-base: ____/____/____

2.35. Nome do juízo interessado: _____

2.36. Nº do processo que originou a penhora: _____

3. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR

3.1. Entidade devedora / Ente devedor: _____

3.2. CNPJ: _____

4. INFORMAÇÕES SOBRE O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

4.1. Nome do beneficiário principal: _____

4.2. Nome social, se for o caso (Res. Nº 270/2018, do CNJ, art. 3º): _____

4.3. CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

4.4. PIS/PASEP ou NIT Nº: _____

4.5. Data de nascimento: ____/____/____

4.6. O beneficiário: Possui doença grave É pessoa com deficiência É pessoa maior de 60 anos Não se aplica

4.7. O beneficiário é: Espólio Menor Incapaz Massa Falida Não se aplica

Em se tratando de BENEFICIÁRIO ESPÓLIO, INCAPAZ, MENOR ou MASSA FALIDA, informe:

4.8. Nome do representante legal: _____

4.9. CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

4.10. OAB Nº: (se for o caso): _____

Procurador ou Escritório de Advocacia que representa o beneficiário:

4.11. Nome: _____

4.12. CPF/CNPJ Nº: _____

4.13. OAB Nº (se for o caso): _____

VALOR DEVIDO AO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL:

ATENÇÃO: Caso tenha ocorrido o pagamento de parcela superpreferencial ao beneficiário, os valores a seguir deverão refletir o abatimento desse pagamento, inclusive mediante nova liquidação cuja cópia da memória discriminada deverá ser anexada nesse processo SEI.

4.14. Valor Bruto: R\$ _____
O valor bruto corresponde ao somatório dos valores informados abaixo como: valor principal corrigido, valor dos juros moratórios, valor dos juros compensatórios (remuneratórios), e valor das despesas antecipadas/custas/multa, se houver.

4.15. Valor Principal Corrigido: R\$ _____
O valor principal corrigido corresponde ao valor devido ao beneficiário sem conter valores de juros, sejam os moratórios ou compensatórios, e de despesas antecipadas/custas/multa, se houver, bem como não se desconta os valores de IRRF ou de contribuições tais como assistência médica, fundo de aposentadoria, previdenciária.

4.16. Data-base: (data correspondente ao termo final utilizado na elaboração da conta de liquidação) ____/____/____

4.17. Indexador (índice/fator) de correção monetária (descrever): _____
Corresponde ao indexador utilizado na data-base.

4.18. Haverá incidência de contribuições sobre o crédito, no momento do pagamento? SIM NÃO

Se SIM, informe:

4.19. Valor da assistência médica: R\$ _____

4.20. Valor do fundo de aposentadoria: R\$ _____

4.21. Valor da contribuição patronal (institucional): R\$ _____
Valor de obrigação da entidade devedora e não se soma ou abate do valor principal corrigido.

4.22. Valor da contribuição previdenciária: R\$ _____

4.23. Regime Previdenciário: Geral/INSS Próprio

Em se tratando de REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO, informe:

4.24. Nome do órgão previdenciário: _____

4.25. CNPJ Nº: _____

4.26. Deseja informar os dados bancários do órgão previdenciário? SIM NÃO

Se SIM, informe:

4.27. Banco (nome) _____

4.28. Agência _____

4.29. Conta Nº _____ Corrente Poupança

4.30. Existe incidência de juros moratórios? SIM NÃO

Se existe INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS, informe:

4.31. Valor dos juros moratórios: R\$ _____

4.32. Percentual de juros aplicado: Poupança 0,5% 1% SELIC Não se aplica

4.33. Existe incidência de juros compensatórios (remuneratórios)? SIM NÃO

Se existe INCIDÊNCIA DE JUROS COMPENSATÓRIOS (REMUNERATÓRIOS), informe:

4.34. Valor dos juros compensatórios (remuneratórios): R\$ _____

4.35. Percentual de juros aplicado: 0,5% 1% Não se aplica

4.36. Os juros moratórios incidem sobre os juros compensatórios (remuneratórios)? SIM NÃO

4.37. Valor das despesas antecipadas/custas/multa: R\$ _____

4.38. Há tributação de imposto de renda sobre o crédito? SIM NÃO

Havendo TRIBUTAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O CRÉDITO, informe:

4.39. Forma de Tributação: RRA Tabela progressiva Alíquota fixa

Em se tratando de RRA, informe:

4.40. Valor das deduções da base de cálculo (parcelas não tributáveis): R\$ _____

4.41. Período a que se referem esses rendimentos: data inicial: ____/____/____ data final: ____/____/____

4.42. Número de parcelas do 13º salário, se houver: _____

4.43. Número de meses (NM) a que se referem os rendimentos: _____

Número de meses (NM) corresponde à quantidade de meses no período acima somada à quantidade de número de parcelas do 13º salário, se houver.

5. MONTANTE GLOBAL

5.1. VALOR BRUTO DEVIDO AO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL: R\$ _____

Corresponde ao valor bruto informado acima equivalente ao somatório de: valor principal corrigido, valor dos juros moratórios, valor dos juros compensatórios (remuneratórios), e valor das despesas antecipadas/custas/multa, se houver)

5.2. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL, SE HOUVER: R\$ _____

5.3. VALOR TOTAL REQUISITADO (= soma de 5.1+5.2): R\$ _____

Assinatura do(a) Advogado(a)

Número de Ordem